

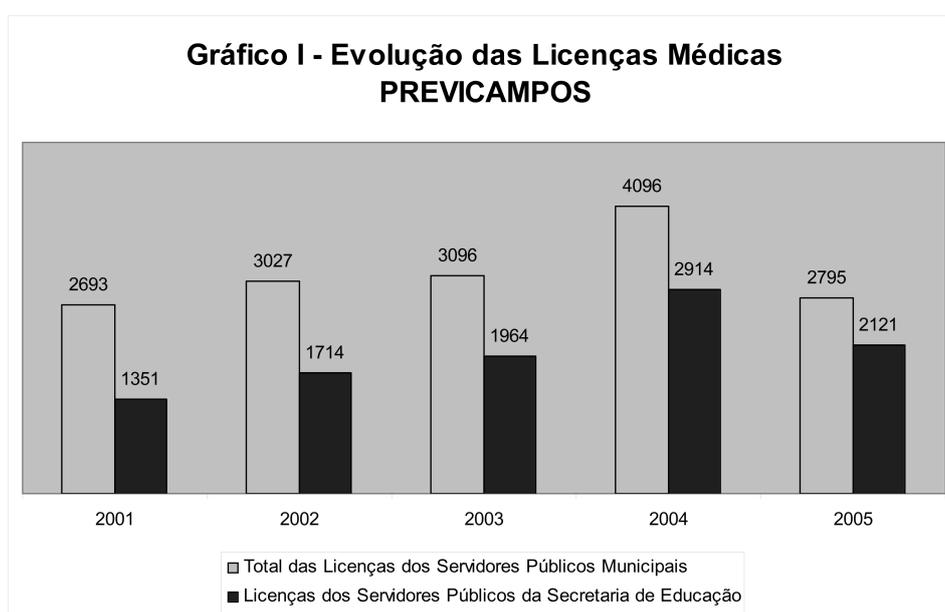
O TRABALHO DE ENSINAR COMO FATOR DE STRESS PARA PROFESSORES MUNICIPAIS

ANA PAULA PESSANHA CORDEIRO *
JOSEMARA HENRIQUE DA SILVA **

1. UMA APROXIMAÇÃO INICIAL COM A REALIDADE DO PROFESSOR

Na trajetória histórica das sociedades humanas, percebemos que a saúde é uma das necessidades básicas do homem. Manter-se saudável é essencial, aliando-se prevenção e qualidade de vida de modo permanente. Contudo, diante das constantes transformações ocorridas no contexto social, principalmente no mundo do trabalho, algumas pessoas passaram a perder o controle sobre sua saúde, enfrentando dificuldades na preservação da mesma.

Em nossa pesquisa com os professores da rede municipal de ensino da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), o que chamou a atenção foi a demanda de licenças médicas e o conseqüente afastamento do trabalho desses profissionais, conforme registrado no Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campos dos Goytacazes (Previcampos). Consultando, inicialmente, os registros disponíveis para o período de 2001 a 2005, chegamos ao *Gráfico I*:



Obs: No ano de 2005 os registros foram do período de janeiro a junho.

Ficava claro que os profissionais lotados na Secretaria de Educação estavam passando por algum problema de saúde que precisava ser investigado, inclusive para futuras intervenções. Diante disso, indagamos: como anda a saúde desses professores? Eles adoecem mais? Que problemas de saúde podem estar acarretando seu afastamento do trabalho? Que medidas podem ser tomadas com relação a tal fato? São perguntas que nos instigaram a pesquisar sobre o assunto.

Para respondê-las, iniciamos uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), através do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES), e o Previcampos, um Projeto de Pesquisa intitulado “*Voz que cala, corpo que fala: saúde e trabalho dos professores da rede municipal de ensino em Campos dos Goytacazes*”. Ainda em execução, seu conteúdo comporta questões referentes ao cotidiano de trabalho do professor e à sua influência na saúde. São questões abordadas, portanto, de forma preliminar neste artigo, já que sinalizam as análises parciais elaboradas.

Nesta primeira etapa da pesquisa, planejamos sua operacionalização para os meses de setembro e outubro de 2005 e realizamos as entrevistas no próprio local onde os professores fazem perícia médica para obter a possível licença, ou seja, o Previcampos. Durante o período citado, foram 473 docentes encontrados em situação de licença médica, aí incluídos tanto os que estavam em tratamento e deveriam retornar ao trabalho quanto aqueles que aguardavam a aposentadoria por invalidez ou uma readaptação funcional. Deste total, 89 professores foram entrevistados, alcançando-se uma amostra de quase 20%, conforme previsto anteriormente, sendo que não ocorreu uma seleção prévia dos entrevistados. Estes foram aleatoriamente convidados a responder a pesquisa. Utilizamos como instrumento de coleta de dados um formulário contendo perguntas abertas e fechadas e o material levantado foi organizado em torno a questões quanto à *Identificação dos Sujeitos, Exercício no Magistério e Condições de Saúde* desses profissionais.

A seguir, analisaremos os dados coletados numa perspectiva *quanti-qualitativa*, sinalizando, primeiramente, um breve perfil dos professores abordados, para, depois, traçar algumas considerações acerca da saúde, aproximando, então, tal realidade com as questões focalizadas no cotidiano dos docentes.

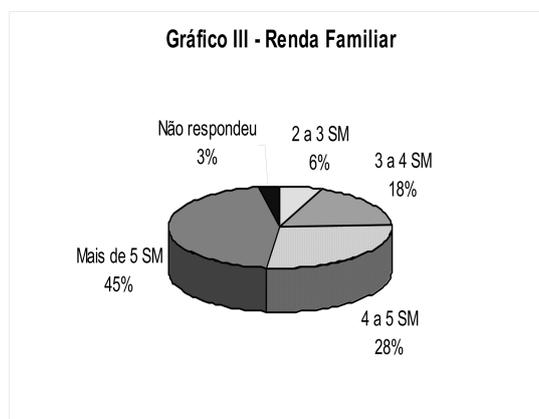
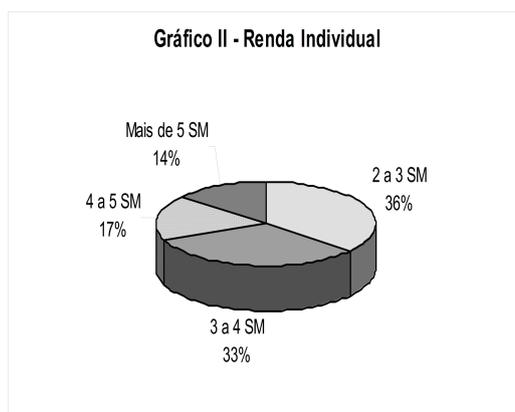
2. PROFESSOR, QUEM É VOCÊ?

Sabe-se que no campo da educação há uma predominância de mulheres, o que foi constatado em nossa pesquisa, tendo em vista que apenas 2% dos entrevistados eram homens e 98% mulheres. A faixa etária dos professores variou entre 63% de 30 a 49 anos, seguida de 18% com mais de 50 anos, 15% com menos de 30 anos e, por último, 4% não forneceram esta informação. O grau de escolaridade predominante entre os docentes entrevistados é o superior, pois encontramos 35% cursando este nível, enquanto 20% já o concluíram. Um número significativo de entrevistados possui pós-graduação (25%), enquanto 3% estavam inseridos neste processo e apenas 17% se limitaram ao ensino médio.

O interesse por cursos de atualização profissional foi significativo, visto que 85% dos entrevistados informaram sua participação regular nestas atividades. Sobre o ambiente familiar, uma minoria morava sozinha (9%), enquanto os demais residiam com suas famílias, compostas, em grande parte, por maridos/esposas ou companheiros(as) (68%), aqui incluídos aqueles que tinham também filhos menores de 18 anos (57%). Constatamos na pesquisa

que 39% dos entrevistados realizavam o trabalho doméstico em suas casas. Trata-se de um aspecto importante a ser considerado, pois, conforme aponta Neves (apud Gomes, 2002: 26), *“as mulheres professoras têm, em sua maioria, a contaminação dos momentos de tempo livre ocupados com o trabalho doméstico. O peso do trabalho doméstico contribui para o desgaste das professoras, além de não ser reconhecido socialmente”*. Os outros pesquisados informaram que dividiam as tarefas com a família (27%), 29% contavam com empregadas domésticas para auxílio em casa, enquanto apenas 3% se referiram a outras situações e 2% não informaram a tal respeito.

A família de 53% dos entrevistados aprovava integralmente seu exercício no magistério e outros 25% apenas parcialmente. Houve aqueles que não manifestaram sua opinião (16%), os que disseram não aprovar (5%) e apenas 1% não opinou. Esta aprovação pode estar relacionada à questão da representatividade dos rendimentos dos docentes no orçamento familiar. Afinal, apenas 12% utilizavam seus salários exclusivamente para gastos pessoais. Para 20% dos entrevistados tais salários eram destinados integralmente ao sustento das famílias, 54% dividiam esta tarefa com os cônjuges e 14% informaram que seu salário era somado ao de todos os membros que recebiam rendimentos na família. Esta realidade pode ser ilustrada comparando as faixas salariais em quantidade de salários mínimos (SM) dos entrevistados e das famílias, como indicam os *Gráficos II e III*:



Em relação à saúde na família foi possível identificar que 37% dos entrevistados encontravam-se com algum membro doente na família e 9% informaram a presença de pessoas com deficiência física e/ou mental em suas

casas. Enfatizamos que 90% dos entrevistados declararam não utilizar bebidas alcoólicas e fumo, porém, cerca de 61% afirmaram o uso de “remédios controlados”. Ficou claro para nós, mediante este último dado, que algum problema posterior deveria ser apontado pelos mesmos no que se refere à sua condição de saúde.

Em meio ao seu cotidiano, 66% dos professores gostariam de mudar alguma coisa em suas vidas. As condições de vida, trabalho e saúde eram os enfoques centrais de suas insatisfações. Outras reclamações estavam relacionadas às seguintes questões: os baixos salários, o peso dos aluguéis, o desgaste acumulado através da “correria diária” (devido às inúmeras atividades exercidas em casa e no trabalho) e, aliado a isto, o tempo que precisavam reservar para a realização de cursos de atualização profissional. Em outros casos aparecia a falta de tempo para se dedicarem aos filhos, a vontade de mudar de profissão ou, se pudessem, também de local de trabalho. O desejo de alguns se voltavam para aspectos relacionados à saúde, dentre os quais se destacam os seguintes:

- *Não ter mais dores, para viver mais tranqüila;*
- *Encontrar a calma que tanto anseio;*
- *Ter mais equilíbrio emocional;*
- *Dar mais atenção a meus pais, que já estão idosos e com problemas de saúde;*
- *Ter mais saúde;*
- *Ter mais tempo para cuidar de minha saúde, de meus filhos, curtir a família, viajar, passear, concluir o curso de mestrado.*

Como se percebe, os professores já sinalizavam um possível desgaste físico e emocional na realização de seu trabalho, remetendo nossas reflexões para o campo da saúde do trabalhador.

3. O CONTEXTO DA SAÚDE DOCENTE

A temática “trabalho” configura um campo de grande relevância na sociedade contemporânea. Associando-se a ela, ressalta-se também a questão da saúde e, mais particularmente, a “saúde do trabalhador”. Esta “saúde do trabalhador” se enquadra no processo de trabalho, que *“especifica a relação entre o trabalho, os instrumentos de trabalho e o objeto de trabalho”* (Gomes, 2002: 24) e, como diz Noriega (apud Gomes, idem: 24-25), *“a maneira como se combinam estes elementos dependerão em grande parte das características da saúde e da enfermidade dos trabalhadores”*.

No Brasil, a partir da década de 1970 a “saúde do trabalhador” surge como uma nova área de desenvolvimento no espaço da saúde pública, cujo objetivo é relacionar o processo *saúde* e *doença* dos grupos humanos com o trabalho, resgatando o saber dos trabalhadores, questionando as mudanças nos processos de trabalho (principalmente com relação à inserção tecnológica), exercitando o direito à informação e recusando trabalhos que promovam riscos à saúde.

Como ponto de partida para nossas reflexões, consideramos a noção de saúde referenciada por Canguilhem (apud Gomes, 2002: 16), para quem a saúde é *“um fenômeno onde são trabalhadas as referências à dor ou ao prazer e não apenas como um objeto, onde se vincula a saúde com um funcionamento do corpo como um mecanismo”*. Para tal autor, o conceito de saúde é pensado em termos de margem de seguridade ou tolerância. Nesta perspectiva, uma saúde deficiente é aquela cuja margem de tolerância é reduzida. A saúde é, assim, entendida como referência à possibilidade de enfrentar situações novas, pela margem de tolerância ou de seguridade que cada um possui para enfrentar e superar as infidelidades do meio. Mediante este conceito, entendemos que ter saúde não significa ter equilíbrio ou adaptação em relação à determinada circunstância, mas, sim, enfatizar *“a capacidade que possuímos de instaurar novas normas frente a situações novas”* (Caponi, apud Gomes, 2002: 17). Compreende-se, então, que, de um modo geral, busca-se novas normas para superar as mudanças do meio, principalmente com relação ao trabalho.

A reestruturação produtiva e as transformações do mundo do trabalho identificadas nos tempos atuais provocam, até certo ponto, malefícios à saúde de alguns profissionais. Dentre eles estão os professores, que vivem pressionados por esse sistema que exige maior qualidade de ensino, intensa dedicação e aumento de suas funções. A saúde do professor também pode ser comprometida em função da sobrecarga no trabalho, das várias jornadas assumidas, do desinteresse dos alunos e da desvalorização do papel do professor. Como consequência, suas relações interpessoais e familiares podem ser afetadas significativamente, alterando seus modos de vida e chegando a provocar ou acentuar um quadro de *stress* e problemas depressivos. No caso das mulheres, essa problemática com respeito à saúde, deve ser mais detalhada, visto que existem diferenças importantes no seu modo de adoecer, no modo de organizar sua vida e até mesmo na carga de trabalho.

Luciana Gomes (2002: 25) destaca em sua pesquisa o fato de que no Ensino Fundamental é superior o número de professoras nos bancos escolares. E mesmo que as mulheres estejam avançado seu espaço no mundo do trabalho, muitas dessas trabalhadoras assumem o trabalho doméstico, provocando em si mesmas sintomas que indicam sobrecarga física e mental, tensão, cansaço. Existe, sim, um desgaste associado a essa dupla jornada que não é reconhecido pela sociedade. Tal situação gera um sentimento de culpa, pois a pessoa tem que dividir seu tempo com o trabalho e a família e, devido a isto, pode-se aumentar a probabilidade de apresentar doenças e até sofrer acidentes.

A cobrança demonstrada pela sociedade e o não-reconhecimento da mesma sobre as instituições escolares vêm produzindo o “mal-estar” docente e ocasionando uma crise escolar, cabendo destacar que tal expressão tem sido usada para *“designar os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do/a professor/a como resultado das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência”* (Gomes, 2002: 34). Para Esteve (apud Gomes, 2002: 39-40), alguns indicadores principais do “mal-estar” docente, referentes ao “clima” da sala de aula, seriam:

1. A prática profissional do professor fica limitada quando acontece em grande parte das escolas a *falta de recursos materiais e as precárias condições para exercício da docência*. Ao mesmo tempo em que se exige muito deste profissional, não existe a contrapartida para que o mesmo dê continuidade ao seu trabalho;

2. A *violência*, na medida em que a dimensão psicológica dos docentes está sendo afetada não pelo aumento do ato em si mas pela intranquilidade e o possível mal-estar presente em sua realidade;

3. O “*esgotamento docente*”, já que, ainda de acordo com Esteve (apud Gomes, 2002: 41), “*o professor está sobrecarregado de trabalho, falta tempo para atender as inúmeras responsabilidades que foram se acumulando sobre ele*”. Esta sobrecarga está associada à “*variabilidade do trabalho determinada pela gestão, pela política educacional, pela composição e tamanho das turmas e pela infra-estrutura material das escolas*” (Gomes, 2002: 74).

Neste último indicador, o autor faz referência ao termo “*Burnout*” e ao sintoma de *stress* como fatores de associação ao “mal-estar” docente. Estas são questões também trabalhadas por Ogeda, Pedroso, Dallagrana, Santos et al (2003: 1) a partir de uma pesquisa realizada com professores municipais, sendo importante destacar que 50% desses já apresentaram sintomas da Síndrome de Burnout. A Síndrome de Burnout significa “perder energia” ou “queimar para fora”, sendo caracterizada pelo fato do trabalhador perder o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o interessam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Segundo Ogeda, Pedroso, Dallagrana, Santos et al (2003: 3-4),

o profissional afetado pela Síndrome em sua grande maioria sente-se exausto, freqüentemente está doente, sofre de insônia, úlcera, dores de cabeça, problemas relacionados à pressão sanguínea, tensão muscular e fadiga crônica. É de se esperar que ocorram, também, sentimentos de insegurança e ansiedade nos níveis de stress

A literatura indica algumas variáveis que podem ser desencadeadoras do processo de Burnout (cf. Codo, W. e Vasques-Menezes, 2000). Dentre elas está a carga mental no trabalho, a existência ou não de autonomia e o controle sobre o trabalho, bem como o conflito e ambigüidade nele existentes, o sentimento de qualificação profissional, a cooperação e o relacionamento com chefias e colegas. Não se pode, contudo, confundir *Burnout* com *stress*. O primeiro envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes, organização e trabalho, enquanto o *stress* não envolve tais atitudes e condutas, mas o esgotamento pessoal com interferência na vida do sujeito e não necessariamente na sua relação com o trabalho.

A Síndrome de Burnout afeta profissionais que possuem contato direto com outras pessoas, prestando serviços às mesmas e também por possuírem um lado humanista em seu trabalho. Por isso, entendemos que tal Síndrome possa acarretar nos professores um desvio de desempenho na sala de aula e

na relação com seus alunos, dependendo do contexto em que o profissional está inserido. Com o tempo, pode-se perder a noção de que se está lidando com outros seres humanos. Seu surgimento ocorre num processo lento e cumulativo, possibilitando que a pessoa não perceba o que está acontecendo consigo. Na atualidade, exigem-se tantas atividades do professor, na escola como na família, que o mesmo acaba sofrendo psicologicamente uma exaustão emocional e uma despersonalização, que são os sintomas da Síndrome de Burnout.

Em sua pesquisa, Ogeda, Pedroso, Dallagrana, Santos et al (2003: 15) destacam que grande parte dos professores sente algumas vezes dificuldades de concentração, perde o sono (ou dorme pouco) e torna-se insensível com as pessoas com quem lida no trabalho. São sintomas que agravam a referida Síndrome. Diante desses resultados, constatamos que ainda não houve uma preocupação mais efetiva das escolas e do poder público com relação à saúde dos professores. O que ocorre é a falta de comprometimento dos órgãos responsáveis pela saúde do trabalhador da educação, os quais desconsideram a clara condição dos professores que adoecem por malefícios ocasionados pelo trabalho. Ao lado de doenças já definidas através do Código Internacional de Doenças (CID), aparecem sintomas difusos que pode, muitas vezes, ser associados à dimensão emocional, comprometendo o modo de vida dos docentes. Esta foi também a realidade que encontramos na pesquisa por nós realizada.

4. DESCOBRINDO O ENCOBERTO

Interpretando a saúde na perspectiva de Canguilhem (apud Gomes, 2002: 3), verificamos que a mesma é caracterizada pela *“possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas”*. No caso dos professores investigados, a saúde tem um sentido diferenciado, significando prioritariamente *“estar bem física e mentalmente”*, além de *“estar apto para o trabalho”* e *“ter completa condição para realizar as tarefas do dia-a-dia”*.

Pelo que encontramos na pesquisa, os professores entrevistados em sua maioria podem ter dificuldades de superar essas “normas novas”, pois o que nos chamou a atenção foi o fato de que 42% dos mesmos classificaram sua saúde como *regular* e 17% indicaram que ela estava *ruim*, ou seja, mais da metade (59%) podiam estar exercendo a docência de forma precária e, possivelmente, prejudicando ainda mais seu quadro de saúde. Quando investigamos os possíveis problemas de saúde que os professores apresentaram no último semestre, encontramos o seguinte *Quadro*:

QUADRO I CLASSIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS DE SAÚDE APONTADOS PELOS PROFESSORES

Problemas gastro-intestinais	116	8,4%
Problemas cardiovasculares	128	9,3%
Problemas osteo-musculares	230	16,7%
Problemas otorrinolaringológicos	97	7,1%
Problemas alérgicos	126	9,2%
Problemas genito-urinários	88	6,4%
Problemas neurológicos e psicossomáticos	562	40,9%
Outros problemas	28	2,0%
TOTAL	1.375	100%

Chamou-nos a atenção o número alarmante de 1.375 problemas de saúde apontados por cerca de 89 professores entrevistados, levando-nos a supor que estes profissionais apresentavam uma saúde precária, o que estava provavelmente relacionada ao exercício de seu trabalho. Tendo em vista que, as mulheres eram em maior número na docência, as cólicas menstruais e a tensão pré-menstrual foram ressaltadas entre elas, dentre os problemas genito-urinários. Sendo a fala um instrumento de trabalho do professor, foram destacados nos sintomas otorrinolaringológicos a “perda temporária de voz ou rouquidão” e “dor na garganta”.

Já com relação aos problemas gastro-intestinais, os professores citaram a azia/má digestão, náuseas e vômitos, diarréias e prisão de ventre e dor no estômago. Rinite e coriza, tosse, entupimento nasal e irritação nos olhos foram os sintomas alérgicos que mais se destacaram entre os professores investigados. Nos problemas cardiovasculares, a hipertensão sobressaiu entre os outros sintomas (como varizes e edemas nas pernas, dor no peito, falta de ar, palpitação e prolapso de válvula). Em seu cotidiano profissional, o professor se referia na maioria das vezes a situações nas quais dava aulas em pé e escrevia no quadro. Isso provavelmente acarretava as dores osteo-musculares tão referidas. Os mesmos enfatizaram ainda sentir “dores na coluna”, “nas costas”, “nos braços e ombros” e “nas pernas”.

O grupo de doenças que predominou foi, contudo, aquele que englobou os problemas neurológicos e psicossomáticos, destacando-se os sintomas de dor de cabeça, cansaço mental, nervosismo, irritabilidade, alterações no humor e esgotamento emocional, entre outros, sendo estes os mais citados. Foram sintomas referenciados pelos mesmos e também pelos médicos, confirmando um alto índice de licenças para tratamento de saúde. Estes dados se assemelham às recentes investigações sobre a saúde do professor que apontam para fatores relacionados à saúde mental, com ênfase para o sintoma de *stress*, além da chamada Síndrome de Burnout, que vem sendo referenciada por pesquisadores neste âmbito.

O *stress* já é reconhecido por Organismos Internacionais como “enfermidade profissional”, cujos efeitos atingem principalmente o ambiente escolar. Não é a toa que, quando foram indagados a respeito de o exercício do magistério trazer risco para a saúde das pessoas, 76,4% responderam que sim, considerando o *stress* como fator principal. Destacaram também o “desgaste físico e emocional”, os “problemas relacionados à voz” e as “doenças infecto-contagiosas”.

Os sintomas de *stress* podem estar relacionados, segundo Lipp (2004: 24), a “aspectos físicos e psicológicos, pois a reação hormonal que é parte da reação do *stress* desencadeia não só uma série de modificações físicas como também produz reações em nível emocional”. Neste caso, os docentes podem estar sofrendo com essas modificações agravadas pelo *stress*, causando um empobrecimento da sua qualidade de vida e afetando simultaneamente seu lado profissional. Considerando que 93,3% associaram o exercício do magistério ao *stress*, é importante destacar quais os motivos que os levaram a tal afirmação. Mostraremos abaixo o resultado encontrado:

QUADRO II ALGUMAS FONTES DE *STRESS*

Condições de trabalho	53%
Falta de valorização profissional	24%
Relação no ambiente escolar	15%
Tempo de exercício do magistério	6%
Outros/Não responderam	2%
TOTAL	100%

Conforme ilustrado no *Quadro II*, as condições de trabalho (a saber, escassez de recursos didáticos, sobrecarga de trabalho, falta de segurança na escola e necessidade de trabalhar em mais de uma escola) obtiveram maior número de respostas relacionadas ao alto índice de *stress* nos docentes. Neste sentido, concordamos com Codo (1999) ao classificar os professores como

pertencendo à pior organização de trabalho, se submetendo, na maioria das situações, a condições de trabalho muitas vezes bastante precárias e a condições de infra-estrutura muito comprometidas. Em alguns lugares, chega a faltar material básico, como giz, apagador, carteiras e cadeiras, sendo encontrado na maioria das vezes apenas as condições básicas para o funcionamento

Outra fonte de *stress* citada foi a falta de valorização profissional e também o salário insuficiente, que influenciam na vida deste profissional de forma significativa. Afinal, muitos deles querem ser reconhecidos profissionalmente, tendo em vista seus esforços e lutas constantes, sem esquecer, é claro, o aumento do salário que deveria ser uma consequência desse fato. A maneira como os relacionamentos fluem no ambiente escolar causavam um certo desconforto, pois 15% dos pesquisados indicaram como fonte de *stress* seu relacionamento com alunos, colegas e profissionais da administração da escola.

Outra questão focalizada foi tanto o longo tempo no magistério quanto a pouca experiência profissional, sendo que alguns afirmaram estas condições enquanto indicativas de *stress*. Para completar, outros esclareceram em suas falas os seguintes fatores:

- *Meio de locomoção para trabalhar;*

- *Risco no transporte;*
- *Quando o aluno não tem limite de comportamento;*
- *A Direção escolar deveria ser concursada, o que evitaria atritos na relação com os professores.*

Para 60% dos entrevistados, alguns períodos específicos do ano letivo refletem uma maior tendência à manifestação de sintomas relacionados aos problemas de saúde. Era comum ouvirmos expressões como “no final de ano”, considerando-se que é o período em que os professores estão aplicando provas, tendo uma carga horária de trabalho excessiva devido às exigências escolares. Mas houve também aqueles que justificaram seus problemas de saúde relacionando-os às alterações climáticas, quando a temperatura alta ou muito baixa os atingia. O tratamento médico não foi um fator preocupante, pois afirmaram não encontrar muitas dificuldades a esse respeito. Para alguns, cerca de 38,2%, o que poderia dificultar seria a “falta de tempo” para ir aos consultórios médicos ou a falta de remédios, pois o “remédio é caro”.

Muitos dos professores (78%) recorriam a alternativas para evitar os problemas de saúde que iam surgindo durante o período letivo. Procurar um médico era uma atitude prioritária, tendo em vista que, conforme informado acima, o acesso ao mesmo não era difícil a priori. Além disso, os exercícios físicos também apareciam como alternativa de tratamento para os diversos sintomas apresentados. Outras falas explicavam suas opções:

- *Saio nos finais de semana;*
- *Freqüento atividades religiosas e procuro sair com minha família, viajar, pelo menos uma vez por ano;*
- *Procuro paz, segurança, estudando a palavra de Deus;*
- *Procuro aproveitar os momentos de descanso.*

Confirmando a discussão inicial da pesquisa, onde indagamos o porquê dos professores solicitarem tantas licenças médicas, consolidou-se que 78% dos entrevistados já se afastaram do trabalho por motivo de doença. Foram inúmeras as causas de seu adoecimento, sobressaindo alguns sintomas de depressão, além dos casos de tendinite, fibromialgia, hipertensão e problemas relacionados à voz. Os riscos de acidente no magistério foram admitidos por apenas 19% dos entrevistados e suas explicações se voltaram para questões relacionadas ao meio de transporte (acidente de carro, por exemplo) e outros fatores, como lesões e doenças infecto-contagiosas.

Diante desta realidade, indagamos sobre o que seria necessário fazer para evitar o aparecimento de doenças nos professores. Suas propostas foram diversas e apontamos as principais afirmativas. Para aqueles com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a solução seria que a Prefeitura proporcionasse uma assistência médica digna, se possível na própria escola, ou através de um “Plano de Saúde decente”. A questão do ambiente escolar foi muito citada, ressaltando que se faz necessário melhorar as condições de trabalho e a estrutura física das escolas com o objetivo de valorizar o ser humano (professores e alunos). Os professores afirmaram que precisam ser reconhecidos profissionalmente, obtendo melhores salários e tendo a

possibilidade de trabalhar com uma maior quantidade de material didático. Enfim, as discussões ocorridas até o presente momento nos fizeram refletir sobre as condições em que se encontra a saúde do professor, considerando que fatores neurológicos e psicossomáticos foram os mais citados. Trata-se de um quadro que nos faz destacar, até o momento, que o *stress* pode ser apontado como o principal causador de problemas entre os docentes.

Concluindo, *stress*, depressão, hipertensão, síndromes diversas, dores no corpo, problemas na voz, tudo isso observado e citado até o presente momento na pesquisa, nos direcionam para reflexões e problematizações acerca das condições precárias de saúde dos professores entrevistados. Suas limitações, dramas e perturbações se localizam em diversas circunstâncias no exercício da docência. E quase chegamos a confundir a palavra “docente” com “doente”. A realidade da vida dos professores deixa claro, também, o quanto poderia ser feito pelos mesmos para lhes proporcionar um novo estilo de vida, tanto pessoal quanto profissional.

O objetivo deste artigo foi mostrar os caminhos percorridos até agora e o que já foi encontrado sobre a saúde destes entrevistados, pressupondo que os sintomas de *stress*, como vimos, podem sobressair como o mais importante fator específico no exercício do magistério, tendo em vista suas condições de trabalho. Na verdade, nesta primeira fase a pesquisa nos permitiu a abertura de uma aproximação ao contexto docente, deixando questões que instigam nossa curiosidade, pois, como colocamos, são considerações preliminares, a ser posteriormente aprofundadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Codo, Wanderley (coord.). **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis, Vozes; Brasília, CNTE/UnB, 1999.
- _____ e Vasques-Menezes, I. “Trabalho docente e sofrimento: Burnout em professores”. In Azevedo, José Clóvis de et al. (org.). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre, UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000, p. 369-382.
- Delcor, N. S. et al. “Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil”. **Cadernos de Saúde Pública**, 20 (1): 187-196. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, jan.-fev., 2004.
- Gasparini, S. M. et al. “O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde”. **Educação e Pesquisa**, 31 (2): 189-199. São Paulo, Faculdade de Educação (USP), mai.-ago., 2005.
- Gomes, Luciana. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública, 2002. (mimeo)
- Lipp, M. E. N. et al. **O stress no Brasil: pesquisas avançadas**. Campinas, Papyrus, 2004.
- Ogeda, Célia R. D.; Pedroso, Dirceia M.; Dallagrana, Elaine T.; Santos, R. et al. “Burnout em professores: a Síndrome do século XXI”. **Revista Eletrônica**

de Ciências da Educação (RECE), 1 (1): 3-19, 2003. [disponível em: www.presidentekennedy.br, acessado em ago., 2004]
Reis, E. J. F. B. dos. et al. "Docência e exaustão emocional". **Educação e Sociedade**, 27 (94): 229-253. Campinas, jan.-abr., 2006.

* *Ana Paula Pessanha Cordeiro é graduanda de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (Campos dos Goytacazes) e pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES) vinculado ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (UFF). [aninhapessanha@yahoo.com.br]*

** *Josemara Henrique da Silva é graduanda de Serviço Social da UFF (Campos dos Goytacazes) e pesquisadora do GRIPES (UFF). [josi_hsp@yahoo.com.br]*